

Navi Energias Sustentáveis S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Navi Energias Sustentáveis S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Navi Energias Sustentáveis S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Navi Energias Sustentáveis S.A., e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Navi Energias Sustentáveis S.A. e da Navi Energias Sustentáveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 01, no que tange ao fato da Companhia ter sido constituída recentemente e, portanto, encontrar-se na fase inicial de suas operações, sendo os custos incorridos significativamente superiores às suas receitas, além do excesso de passivo circulante sob ativo circulante no individual e consolidado, em R\$ 46.041.156 e 46.439.212, respectivamente. Subsequentemente a data base, a companhia obteve a aprovação de um financiamento junto ao BNDES no montante R\$ 125.000.000. A continuidade da Companhia depende da efetivação do referido financiamento ou de novos aportes dos acionistas. Nossa opinião não contém ressalvas com relação a este assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

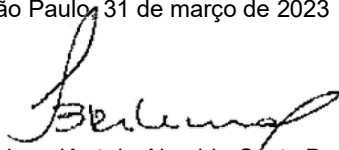
Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
Contador CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Navi Energias Sustentáveis S.A.
Balço patrimonial em 31 dezembro de 2022

(Em Reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
		<u>2022</u>	<u>2022</u>
Ativos	Nota		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.441.372	31.500.184
Adiantamentos a fornecedores		272	12.731
Tributos a recuperar	5	183.133	184.158
		<u>31.624.777</u>	<u>31.697.073</u>
Não circulante			
Investimentos em participações societárias	6	44.541.860	-
Intangível	7	37.113.618	81.959.684
		<u>81.655.478</u>	<u>81.959.684</u>
Total de ativos		<u>113.280.255</u>	<u>113.656.757</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	8	175.436	475.685
Tributos a recolher	9	18.736	94.447
Debêntures a pagar	10	77.565.611	77.565.611
Provisão para IRPJ e CSLL correntes		-	542
		<u>77.759.783</u>	<u>78.136.285</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	499.990	499.990
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.3	38.500.198	38.500.198
Prejuízos acumulados		(3.479.716)	(3.479.716)
Total do patrimônio líquido		<u>35.520.472</u>	<u>35.520.472</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>113.280.255</u>	<u>113.656.757</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Navi Energias Sustentáveis S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 dezembro de 2022

(Em Reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
		<u>2022</u>	<u>2022</u>
Despesas administrativas	12	(1.596.033)	(1.795.592)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(185.768)	-
Lucro operacional		(1.781.801)	(1.795.592)
Despesas financeiras	13	(3.111.190)	(3.111.672)
Receitas financeiras	13	1.413.275	1.432.049
Resultado financeiro		(1.697.915)	(1.679.623)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.479.716)	(3.475.215)
Imposto renda e contribuição social	14	-	(4.501)
Prejuízo do exercício		(3.479.716)	(3.479.716)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Navi Energias Sustentáveis S.A.
Demonstração dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 dezembro de 2022

(Em Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(3.479.716)	(3.479.716)
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(3.479.716)</u>	<u>(3.479.716)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Navi Energias Sustentáveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 dezembro de 2022

(Em Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Adiantamento para aumento de capital</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2022	10	(10)	-	-	-
Aumento de capital (Nota 11.1)	499.990	-	-	-	499.990
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11.2)	-	-	-	38.500.198	38.500.198
Prejuízo do exercício	-	-	(3.479.716)	-	(3.479.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>500.000</u>	<u>(10)</u>	<u>(3.479.716)</u>	<u>38.500.198</u>	<u>35.520.472</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Navi Energias Sustentáveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 dezembro de 2022

(Em Reais)

	Controladora	Consolidado
	2022	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(3.479.716)	(3.475.215)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:		
Provisão de juros sobre debêntures	2.538.894	2.538.894
Resultado de equivalência patrimonial	185.768	-
	(755.054)	(936.321)
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Adiantamentos	(272)	(12.731)
Tributos a recuperar	(183.133)	(184.158)
Tributos a recolher	18.736	94.447
Contas a pagar	175.436	475.685
	10.767	373.243
Caixa gerado pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(3.959)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(744.287)	(567.037)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Pagamentos na aquisição de intangível	(37.113.618)	(81.959.684)
Adiantamento para futuro aumento de capital nas investidas	(38.720.400)	-
Integralização de capital nas investidas	(6.007.228)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(81.841.246)	(81.959.684)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos obtidos	10.000.000	10.000.000
Pagamento de empréstimos - principal	(10.000.000)	(10.000.000)
Aumento de capital pelos sócios	499.990	499.990
Adiantamento para futuro aumento de capital	38.500.198	38.500.198
Captação de debêntures	75.485.620	75.485.620
Custos com debêntures	(458.903)	(458.903)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	114.026.905	114.026.905
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	31.441.372	31.500.184
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	31.441.372	31.500.184
	31.441.372	31.500.184

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Navi Energias Sustentáveis S.A. (“Companhia”) é uma companhia anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima no 3477, Torre Norte, conjunto 82, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.173.962/0001-18, e foi constituída em 9 de novembro de 2021.

A Companhia tem os propósitos definidos em seu objeto social de participação em outras companhias como acionista e/ou cotista e a produção de energia elétrica de origem e natureza renovável.

A Companhia é a única acionista em 11 (onze) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que estão desenvolvendo 9 Usinas Fotovoltaicas. Em função de todas as suas controladas estarem em fase pré-operacional e por conta da necessidade de caixa das SPEs, a Companhia realizou transações de financiamento ao longo de 2022.

As SPEs celebraram contratos de longo prazo de locação e operação e manutenção das usinas fotovoltaicas com consórcios de usuários, Obtendo assim a remuneração pelo seu investimento.

O projeto da NES 8 foi finalizado em março de 2023 e os demais projetos estão atualmente em fase de construção e a previsão é que todos os projetos estarão operacionais até o final de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital circulante líquido (“CCL”) encontra-se negativo em R\$ 46.041.156 (R\$ 46.439.212 no consolidado), devido a dívida de curto prazo com a emissão das debêntures (Nota10). Em 2023, a Companhia aprovou o financiamento do BNDES, no montante de R\$ 125.000.000, cujos recursos serão utilizados para a quitação da dívida e finalização das obras.

A Companhia é capaz de liquidar seus passivos no curso normal das operações, não havendo dívida sobre a sua continuidade operacional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas nas legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 16.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 16.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

b. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Empresas investidas	Atividade	Participação
NES 1 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 2 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 3 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 4 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 5 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 6 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 7 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 8 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 9 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 10 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 11 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%

c. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como exercícios futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

(i) Provisão para desmobilização

A Administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser superior aos custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação, que tende a ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes

de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido.

(ii) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 14).

2.6 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, caixas e equivalentes de caixa.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(v) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, referem-se a investimentos financeiros que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimentos e aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

A Companhia e suas controladas também possuem investimentos financeiros cujo os resgates são limitados para fins que não sejam relacionados a aqueles que deram origem à obtenção dos recursos.

3.4 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.5 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do

capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

Debêntures

Em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, não conversíveis, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

3.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.8 Fornecedores

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.9 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos

3.10 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(i) Lucro presumido

As Empresas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(ii) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(iii) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(iv) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.11 Direito de uso e arrendamentos mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento mercantil (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

3.12 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(i) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2022	2022
Caixa e bancos	42.466	70.037
Aplicações financeiras	31.398.906	31.430.147
	<u>31.441.372</u>	<u>31.500.184</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2022, sobre o DI CETIP ("CDI") entre 95% e 96%.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 16.

5 Tributos a recuperar

	Controladora	Consolidado
	2022	2022
IRPJ	182.047	182.047
CSLL	1.086	1.086
IRRF	-	1.025
	<u>183.133</u>	<u>184.158</u>

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6 Investimentos em Empresas controladas

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.3 (b)).

	Saldo inicial em 01/01/2022	Equivalência patrimonial	Integralização de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Saldo final em 31/12/2022
NES 1	-	-	10	-	10
NES 2	-	(2.721)	1.000	204.010	202.289
NES 3	-	(2.777)	1.000	1.584.900	1.583.123
NES 4	-	(123.301)	1.000	1.661.360	1.539.059
NES 5	-	(10)	10	-	-
NES 6	-	(12.044)	1.000	12.010	966
NES 7	-	(543)	1.000	1.636.010	1.636.467
NES 8	-	4.649	3.976.361	19.887.500	23.868.510
NES 9	-	(37.235)	2.024.837	5.227.610	7.215.212
NES 10	-	(11.776)	1.000	8.507.000	8.496.224
NES 11	-	(10)	10	-	-
	<u>-</u>	<u>(185.768)</u>	<u>6.007.228</u>	<u>38.720.400</u>	<u>44.541.860</u>

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2022:

	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Resultado
NES 1	10	-	-	-	10	-
NES 2	1.759	201.429	899	-	205.010	(2.721)
NES 3	2.302	1.580.821	-	-	1.585.900	(2.777)
NES 4	2.526	1.537.250	717	-	1.662.360	(123.301)
NES 5	-	-	-	-	10	(10)
NES 6	966	-	-	-	13.010	(12.044)
NES 7	6.332	1.634.749	4.614	-	1.637.010	(543)
NES 8	43.537	24.177.625	352.652	-	23.863.861	4.649
NES 9	2.221	7.216.902	3.911	-	7.252.447	(37.235)
NES 10	12.643	8.497.290	13.709	-	8.508.000	(11.776)
NES 11	-	-	-	-	10	(10)

7 Intangível

Controladora				
2022				
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Saldo em 31/12/2022
Adiantamento para aquisição de ativos (i)	0%	-	36.788.936	36.788.936
Instalações em construção	0%	-	324.682	324.682
Total		-	37.113.618	37.113.618
Custo		-		37.113.618
Intangível líquido		-		37.113.618

Consolidado				
2022				
	Taxa de depreciação	Saldo inicial em 01/01/2022	Adição	Saldo em 31/12/2022
Adiantamento para aquisição de ativos (i)	-	-	72.435.006	72.435.006
Instalações em construção	-	-	9.524.678	9.524.678
Total		-	81.959.684	81.959.684
Custo		-		81.959.684
Intangível líquido		-		81.959.684

- (i) Referem-se aos gastos com a implantação dos projetos solares. No consolidado, os valores foram classificados na rubrica de intangível em função de representarem adiantamentos para construção do ativo qualificável, que é responsável por gerar benefícios econômicos futuros à Companhia. O ativo ainda não está sendo amortizado devido as Empresas controladas se encontrarem em fase pré-operacional.

8 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 175.436 (R\$ 475.685 no consolidado) é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à implantação dos projetos das controladas, com vencimento no decorrer do exercício de 2023.

9 Tributos a recolher

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
PIS sobre faturamento	2.493	2.493
COFINS sobre faturamento	15.340	15.340
Tributos retidos na fonte	217	23.770
Contribuições sociais retidas na fonte	686	52.844
	<u>18.736</u>	<u>94.447</u>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

10 Debêntures

Em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, não conversíveis, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Serão emitidas 110.00 (cento e dez mil) debêntures em série única, de valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com vencimento em 26 de setembro de 2023.

O objetivo da captação das debêntures foi para à implantação e construção dos parques solares, bem como para quitação dos valores no âmbito da Cédula de Crédito Bancário Inter. Sobre o principal da dívida incidem taxa DI mais juros de 4,25% a.a..

As debêntures que venham ser integralizada em data posterior à data de início da rentabilidade, serão acrescidas dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a respectiva data de início da rentabilidade (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive).

As Debêntures farão jus, ainda, a um prêmio de subscrição, correspondente a 0,75% (setenta e cinco centésimos) do preço de integralização (“Prêmio de Subscrição”), observados os termos do contrato.

Em 2022 foram emitidas 75.139 (setenta e cinco mil, cento e trinta e nove) debêntures, de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas conforme abaixo:

	Valor nominal atualizado	Quantidade de debêntures emitidas	Total integralizado - R\$
11 de outubro de 2022	1.000	58.349	58.349.000
03 de novembro de 2022	1.010	8.511	8.597.343
19 de dezembro de 2022	1.031	8.279	8.539.277
		<u>75.139</u>	<u>75.485.620</u>

Abaixo, apresentamos as principais características:

	Controladora e consolidado			
	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2022
Debêntures - principal	R\$	DI+4,25%	2023	75.485.620
Debêntures - juros		-	-	2.538.894
Custos de captação		-	-	(458.903)
				<u>77.565.611</u>
Passivo circulante				77.565.611

Garantias

A operação de captação em questão é garantida corporativamente pelas SPEs da controladora, na qualidade de fiadoras, em conjunto com as seguintes garantias reais:

(i) alienação fiduciária da totalidade das ações atuais e futuras de emissão da Emissora (“Alienação Fiduciária de Ações”), nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”, a ser celebrado entre FIP-IE Navi, Navi Holding e o Agente Fiduciário, com interveniência e anuência da Emissora (conforme aditado de tempos em tempos, “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”);

(ii) alienação fiduciária da totalidade das quotas atuais e futuras de emissão das SPEs (“Alienação Fiduciária de Quotas”), nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças”, celebrado, nesta data, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência e anuência das SPEs, (conforme aditado de tempos em tempos, “Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas”);

(iii) alienação fiduciária de máquinas, equipamentos e instalações de titularidade das SPEs (“Alienação Fiduciária de Equipamentos”), nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças”, celebrado, nesta data, entre as SPEs, o Agente Fiduciário e a Emissora (conforme aditado de tempos em tempos, “Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos”); e

(iv) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da Conta Desembolso (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”), nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado, nesta data, entre as SPEs, o Agente Fiduciário e a Emissora (conforme aditado de tempos em tempos, “Contrato de Cessão Fiduciária” e , em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, os “Contratos de Garantia”).

Covenants

O instrumento não contempla covenants financeiros para vencimento antecipado.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 499.990 e está representado por 499.990 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<u>Participação</u>	<u>2022</u>
Navi Holding Participações S.A.	100%	500.000
(-) Capital a integralizar		<u>(10)</u>
		<u>499.990</u>

11.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, não houve a constituição da reserva legal devido a Companhia apurar prejuízo contábil no exercício.

11.3 Adiantamento para futuro aumento de capital social

O propósito dos adiantamentos é aumentar o capital da entidade ao longo do exercício, mediante alteração contratual aprovada em assembleia por Deliberação da Diretoria.

Os adiantamentos para aumento de capital são irreversíveis e irrevogáveis e portanto não são passíveis de devolução. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo dos adiantamentos é de R\$ 38.500.198 (trinta e oito milhões, quinhentos mil e cento e noventa e oito).

12 Despesas administrativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Despesas administrativas		
Condução e locomoção	(2.000)	(2.000)
Telefone e internet	(2.090)	(2.090)
Viagens e estadias	-	(25.000)
Aluguel	-	(9.747)
Despesas legais	(316.442)	(329.995)
Outras despesas administrativas	<u>(2.319)</u>	<u>(4.421)</u>
	<u>(322.851)</u>	<u>(373.253)</u>
Impostos e taxas		
Multas	(600)	(747)
Taxas municipais	(391)	(438)
Impostos e taxas	(1.250)	(1.439)
PIS	<u>(65.717)</u>	<u>(65.717)</u>
	<u>(67.958)</u>	<u>(68.341)</u>

Despesas com serviços prestados

Honorários de contadores	(142.973)	(142.973)
Serviços de consultoria	(169.267)	(269.267)
Honorários de advogados (i)	(554.689)	(603.463)
Manutenção das instalações	(289.542)	(289.542)
Outros serviços	(48.753)	(48.753)
	<u>(1.205.224)</u>	<u>(1.353.998)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(1.596.033)</u>	<u>(1.795.592)</u>

(i) Despesas com diligências para implementação dos projetos.

13 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	1.413.275	1.432.030
Outras receitas financeiras	-	19
	<u>1.413.275</u>	<u>1.432.049</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre outras operações	(247.281)	(247.314)
Juros de empréstimos	(2.538.894)	(2.538.894)
Despesas bancárias	(124)	(305)
Despesas com IOF	(96.612)	(96.880)
Custos com empréstimos	(135.908)	(135.908)
Outras despesas financeiras	(92.371)	(92.371)
	<u>(3.111.190)</u>	<u>(3.111.672)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.697.915)</u>	<u>(1.679.623)</u>

14 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas (SPEs) apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido. No exercício de 2022, a controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos, motivo pelo qual foi apresentado somente o número consolidado.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Prejuízo antes do imposto	(3.479.716)	(3.475.215)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	(1.183.103)	(1.181.573)
Resultados de controladas por equivalência	63.161	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	204	204
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	1.119.738	1.119.738
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	66.132
Encargo fiscal	<u>-</u>	<u>4.501</u>
Despesa com IR e CS correntes	-	(4.501)
	<u>-</u>	<u>(4.501)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	-0,1%

15 Transações com parte relacionadas

15.1 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante o exercício de 2022 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pelo grupo econômico das empresas responsáveis pela gestão da Navi Energias Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

16 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2022	2022
Ativos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Caixa e bancos	42.466	70.037
 <u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Aplicações financeiras	31.398.906	31.430.147
 Passivos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Fornecedores	175.436	475.685
Debêntures a pagar	77.565.611	77.565.611

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- (ii) Caixa, bancos, fornecedores e contas a receber com partes relacionadas - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Debêntures - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Ativos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Caixa e bancos	42.466	70.037
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Aplicações financeiras	31.398.906	31.430.147

A Administração avaliou, segundo sua política de PCLD e, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>		<u>2022</u>	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>> 1 anos</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>> 1 anos</u>
Fornecedores	175.436	-	475.685	-
Debêntures a pagar	77.565.611	-	77.565.611	-
	<u>77.741.047</u>	<u>-</u>	<u>78.041.296</u>	<u>-</u>

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPEs controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo

de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado em 2022, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base na taxa DI publicada para o último trimestre de 2023, cuja valor definido foi de 13,65%, sendo estas definidas como cenário provável; considerando a elevação do DI para 15% (possível) e 20% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	Projeção dos juros para 2023		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
Debêntures	77.565.611	DI	10.343.730	11.113.124	13.942.119

17 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam contingências de natureza cível, tributária ou trabalhista.

18 Compromissos assumidos

a. Compromissos com fornecedores

A Companhia e suas controladas possuem contratos assinados para fornecimento de equipamentos para o ano de 2023, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

	CT Distribuição e Logística Ltda	BFW Energia e Negócios Sustentáveis Ltda
NES 1	-	-
NES 2	4.280.948	1.549.342
NES 3	702.352	815.111
NES 4	411.223	1.258.063
NES 5	9.329.010	3.379.982
NES 6	9.447.000	4.264.619
NES 7	1.064.402	975.312
NES 8	1.213.275	427.240
NES 9	1.819.064	1.790.815
NES 10	2.619.275	4.258.224
NES 11	-	-
	<u>30.886.549</u>	<u>18.718.708</u>

19 Eventos subsequentes

Em 16 de janeiro de 2023, a Companhia emitiu 16.759 (dezesesseis mil, setecentos e cinquenta e nove) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1.045, performando R\$ 17.520.084.

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou o financiamento do BNDES, no montante de R\$ 125.000.000, sendo que 50% do crédito à taxa nominal de 2,52% e o restante indexado a TLP mais taxa de 1,5% a.a..

Em 14 de fevereiro de 2023, a Companhia contratou o seguro Compreensivo Empresarial Operacional e Lucros Cessantes, junto às seguradoras Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. e Ezze Seguros S.A., conforme apólice nº 046692023100101180002064. A importância segurada é de R\$ 19.702.654,56 tendo como vigência o período de 01/03/2023 à 01/03/2024.

Em 16 de março de 2023, ocorreu a energização do primeiro projeto da Companhia (NES 8), assim como a transferência de titularidade da planta ao consórcio de consumidores.